

# APRESENTAÇÃO

O primeiro número de 2022 da Revista Eletrônica do CNJ celebra o importante marco de mais de cem artigos publicados no periódico e consolida sua trajetória no ambiente acadêmico e científico, reforçando sua importância ao se projetar como uma fonte de informação confiável, atualizada e relevante sobre o Poder Judiciário.

São publicados dez artigos, que apresentam abordagens inovadoras e criativas a temas relacionados ao acesso à Justiça, e seis votos selecionados pelos ilustres Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional de Justiça, considerando sua relevância social e impacto jurídico. O número conta, ainda, com a brilhante entrevista do Ministro Humberto Martins, que nos brinda com reflexões de sua trajetória acadêmica e profissional.

Desde a criação da Revista, em 2017, foram publicados 104 artigos, dos quais 84 são inéditos e avaliados no sistema double blind peer review, que busca a equidade, imparcialidade e equivalência nas avaliações e dispõe de controles de qualidade que buscam verificar a confiabilidade das informações, uma vez que os artigos recebem, pelo menos, dois pareceres favoráveis à sua publicação.

No período de 2019-2022, os artigos da revista eletrônica receberam mais de 63 mil visualizações, o que demonstra o ótimo alcance do periódico.

A Revista Eletrônica do CNJ prioriza a publicação de trabalhos de pesquisa empírica do Direito que utilizem as bases de dados de acesso público do Conselho Nacional de Justiça. Dessa forma, buscamos incentivar a análise de temas pertinentes ao Poder Judiciário com base em dados estatísticos confiáveis, coletados e verificados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ.

Apesar do marco alcançado pela revista, o momento para a pesquisa científica é de reflexão. No primeiro semestre de 2022, completamos dois anos da pandemia da covid-19, que deixou marcas profundas nos indivíduos, nas famílias e nas comunidades.

A crise evidenciou a importância de valorizar a ciência e a metodologia científica e fez com que percebêssemos o quanto a desinformação e os vieses nos dados, que são publicados sem nenhum crivo científico, podem gerar caos e intensificar tragédias.

É primordial, portanto, que o período seja de reflexão e que as instituições públicas possam assumir, também, a missão crucial de incentivar a criação e divulgação do conhecimento científico.

Boa leitura a todos e todas!

## MARCUS LIVIO GOMES

Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica do CNJ  
Editor-chefe da Revista Eletrônica do CNJ